

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL****Recurso de agravo na apelação n. 331847-2**

Agravante: CELPE

Agravada: TECK IN SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Recurso de agravo na apelação. Inscrição indevida em cadastro de inadimplente. Pessoa Jurídica. Danos morais. Danos morais. Manutenção. Agravo não provido à unanimidade.

1. Como bem analisou o juízo *a quo* a CELPE não nega o fato, nem refuta a acusação de que teria incorrido em erro, colocando um contador de energia a mais e cobrado da autora por um valor indevido.
2. É cristalina, portanto, a conduta lesiva praticada pela CELPE, por ter agido de forma indevida, incluindo o nome da apelada no rol de maus pagadores (fl. 47), em razão de dívidas que não foram por ela contraídas.
3. Conforme a Súmula n. 227 e jurisprudência do STJ, a pessoa jurídica pode sofrer danos morais quando houver prejuízo a sua honra objetiva (Resp. 1.298.689-RS).
4. Acerca dos prejuízos advindos da indevida inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, esses não necessitam de comprovação do abalo à honra ou à reputação daquele que foi indevidamente negativado, pois afigura-se *in re ipsa*, isto é, são presumidos, em face de a prova nesta modalidade mostrar-se difícil e pela obviedade dos efeitos nocivos da indevida negativação.
5. Dadas as peculiaridades do caso sob exame, deve ser mantido o valor do dano moral fixado na sentença em R\$ 15.000,00, no sentido de obedecer aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, e acompanhar os valores adotados na indenização por inscrição indevida de pessoa jurídica pelo STJ.
6. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 331847-2, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator

**TJPE**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL163  
1**Recurso de agravo na apelação n. 331847-2**

Agravante: CELPE

Agravada: TECK IN SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto por **CELPE** contra decisão terminativa de fls. 147/148, de minha relatoria.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

**"Ação:** TECH IN SERVIÇO DE MANUTENÇÃO LTDA ajuizou ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais contra a CELPE.

A demandante aduziu a ocorrência de inscrição indevida do seu nome no órgão de proteção ao crédito – SERASA, por suposta dívida decorrente de um contrato de fornecimento de energia elétrica inexistente (provavelmente gerado em duplicidade).

Assim requereu a declaração da desconstituição do débito cobrado, sua restituição em dobro, bem como uma indenização por danos morais.

**Sentença prolatada pelo juízo da 21ª Vara Cível da Capital** (às fls. 105/106): julgou **parcialmente procedente** os pedidos para: a) desconstituir e declarar a inexistência dos débitos referente ao contrato n. 7002395724; b) condenar a CELPE a pagar à autora a indenização no valor de R\$ 15.000,00, correspondente ao dano moral que restou configurado, corrigidos a partir do arbitramento pela tabela da ENCOGE e com juros legais de 1% ao mês a partir da citação e, c; determinar a exclusão do nome da autora dos cadastros do SPC e SERASA, decorrentes do contrato questionado.

Ônus sucumbenciais: pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base de 10% do valor correspondente à condenação, nos termos do art. 20, §3º, do CPC.

**Apelação da CELPE** (fls. 108/124): **Sem Preliminares. No mérito**, pugna pelo provimento do apelo, alegando, em síntese, a legalidade de sua conduta ao enviar o nome da apelada a órgão de proteção ao crédito. Aduz, ainda, pela inexistência de danos morais indenizáveis e, subsidiariamente, pela redução do valor fixado a título de indenização por dano moral para até R\$ 1.000,00.

**Contrarrazões de TECH IN SERVIÇO** (fls. 127/136): pugna pelo não provimento da apelação. Requer, ainda, a majoração dos honorários advocatícios para 20% do valor da condenação, juros de mora a partir do evento danoso e, por fim, condenação da CELPE por litigância de má-fé."

E acrescento:

**Decisão terminativa** às fls. 147/148: **negou seguimento** ao apelo, pois manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência dominante do STJ, entretanto, modificou *ex officio* a incidência dos juros de mora para incidir a partir do evento danoso por se tratar de relação extracontratual (Súmula n. 54 STJ).

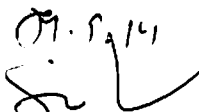
A **CELPE** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando em síntese, pelo afastamento da condenação por danos morais, e subsidiariamente pela redução do seu valor, proporcionalmente a gravidade da culpa e do dano, conforme dispõe o art. 944 do CC.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife, 01.08.14



**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

164

**Recurso de agravo na apelação n. 331847-2**

Agravante: CELPE

Agravada: TECK IN SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Voto**

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

**Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos na Apelação, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada às fls. 147/148.**

**Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.**

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

"O cerne da controvérsia gira em torno da possibilidade de indenização por danos morais gerados com o constrangimento ilegal provocado pela CELPE e suportado pela apelada, por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito.

Primeiramente a CELPE aduz, genericamente, pela legalidade da inclusão do nome da apelada no serviço de proteção ao crédito.

Entretanto, não merece guarida sua alegação. Vejamos.

Como bem analisou o juízo *a quo* a CELPE não nega o fato, nem refuta a acusação de que teria incorrido em erro, colocando um contador de energia a mais e cobrado da autora por um valor indevido.

É cristalina, portanto, a conduta lesiva praticada pela CELPE, por ter agido de forma indevida, incluindo o nome da apelada no rol de maus pagadores (fl. 47), em razão de dívidas que não foram por ela contraídas.

**DANOS MORAIS**

A CELPE em seu apelo pugna pela inexistência dos danos morais. Entretanto não merece guarida.

Conforme a Súm. n. 227 e jurisprudência do STJ, a pessoa jurídica pode sofrer danos morais quando houver prejuízo a sua honra objetiva (Resp. 1.298.689-RS).

Acerca dos prejuízos advindos da indevida inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, esses não necessitam de comprovação do abalo à honra ou à reputação daquele que foi indevidamente negativado, pois afigura-se *in re ipsa*, isto é, são presumidos, em face de a prova nesta modalidade mostrar-se difícil e pela obviedade dos efeitos nocivos da indevida negativação.

Esse é o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. SERASA. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA.

3

DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS. VALOR. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO. 1 - **A inscrição indevida do nome da pessoa jurídica em cadastros de inadimplentes gera o direito à indenização por danos morais, sendo desnecessária a comprovação dos prejuízos suportados, pois são óbvios os efeitos nocivos da negativação perante o meio social e financeiro.** 2 - O valor da indenização por danos morais somente é revisto nesta sede em situações de evidente exagero ou manifesta insignificância, o que não ocorre no caso em análise, onde o montante foi fixado em **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais). 3 - Agravo regimental desprovido (STJ - AgRg no Ag: 777185 DF 2006/0067862-8, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 16/10/2007, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 29.10.2007 p. 247) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECUSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMLENTE. DANO MORAL PRESUMIDO. IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. **A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento uniforme no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos.** 2. **A quantia de R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) não se mostra exorbitante, o que afasta a necessidade de intervenção desta Corte Superior. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Os juros de mora são devidos a partir do evento danoso, conforme enunciado da Súmula 54/STJ. 4. Agravo não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 346089 PR 2013/0154007-5, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 27/08/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/09/2013) (original sem destaques)

O TJPE:

RECURSO DE AGRAVO - INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - ÔNUS DA CELPE - NÃO COMPROVAÇÃO - **INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC - CONDUTA ILÍCITA - DANO MORAL CONFIGURADO** - MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Sem a comprovação de que o débito efetivamente resultou do fornecimento de energia elétrica a consumidor certo, se impõe o reconhecimento de sua inexistência. 2. Caberia a Empresa agravante o ônus da prova do fornecimento de energia ao agravado, através do contrato 40033397322. 3. Sem essa comprovação, resta caracterizada a inscrição indevida do nome do autor no Sistema de Proteção ao Crédito e conseqüentemente a ocorrência do dano moral a ensejar indenização. 3. Manutenção da decisão. (2202620 PE 0001706-87.2011.8.17.0000, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 17/02/2011, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 39). (original sem destaques)

**Portanto, agiu acertadamente o Juízo monocrático ao reconhecer o dano moral.**

**Assim, inquestionáveis o dano moral, o ato comissivo do agente, o liame causal entre ambos, encontra-se caracterizado o dever de indenizar.**

**No tocante ao valor fixado na indenização dos danos morais, de fato, para sua quantificação devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor,**

8  
d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e, e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado. p5  
1

Nesse sentido, ponderando sobre o caráter pedagógico da medida, identifico na figura do ofensor uma grande empresa de energia elétrica.

Ademais, o valor fixado na condenação em danos morais pelo juízo de piso apenas deve ser reformado para se enquadrar nos padrões da razoabilidade, conforme entendimento dominante da jurisprudência do STJ, demonstrado no aresto abaixo ementado:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. 1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. 2. A revisão do julgado encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no Ag 1340770/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 10/05/2011) (original sem destaques)*

Assim, dadas as peculiaridades do caso sob exame, **mantenho o valor do dano moral fixado na sentença em R\$ 15.000,00**, no sentido de obedecer aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, e acompanhar o valores adotados na indenização por inscrição indevida de pessoa jurídica.

#### **JUROS DE MORA**

Outrossim, por se tratar de matéria de ordem pública, retifico *ex officio* a incidência juros de mora fixados na sentença, no percentual de 1% ao mês, a partir do evento danoso (Súmula nº 54 STJ), em razão de indenização por danos morais oriunda de relação extracontratual."

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife, 

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator